



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 004

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Aílton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Nelson Tureck; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE MARÇO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Afílton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 039/2003, do senhor Manoel Valdemiro Francalino da Rocha - secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricul-

tura, Pecuária e Abastecimento, liberou recursos do convênio com a Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda., no valor de R\$200.000,00, do Ministério e R\$20.000,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização do Show Rural Coopavel 2003, no período de 17 a 21/02/2003.

Sob o nº 14/2003, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 16/2003, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$37.735,00, sendo R\$21.095,00 para o pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$16.640,00, destinados a manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro/2002.

Sob o nº 19/2003, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2002, nos valores de R\$20.121,51, nos seguintes meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 892/03/GS, do senhor Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, encaminhando resposta de Pedido de Informações, requerido pelo deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre o aeroporto do município de Cruzeiro do Iguaçu. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Mensagem:

MENSAGEM Nº 002/2003

Curitiba, 26 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS), modificando e acrescentando dispositivos em seu texto.

Tal anteprojeto de lei é proposto em atendimento ao contido em Ofício de 20 de janeiro de 2003, do secre-

tário de Estado da Fazenda que, justificando a necessidade da medida, assevera:

“O presente anteprojeto de lei implementa a Lei Complementar nº 114, de 16 de dezembro de 2002, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 33/2001, alterando e acrescentando dispositivos na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, relativamente à incidência do ICMS e à definição de contribuinte do ICMS na importação e na aquisição em licitação de bens por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto; à base de cálculo na importação de bem,, para fins de substituição tributária em relação às operações antecedentes; à faculdade de se poder estabelecer como base de cálculo para fins de retenção do ICMS devido por substituição tributária o preço a consumidor final usualmente praticado no mercado; ao local e ao momento da ocorrência do fato gerador na arrematação de bens importados do exterior e na licitação de mercadoria e bens apreendidos ou abandonados; ao momento da ocorrência do fato gerador na importação de bens do exterior e na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados antes de se efetivar o desembaraço aduaneiro; e, a que quaisquer impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras integram a base de cálculo do imposto na importação, bem como que o montante do próprio imposto integra a sua base de cálculo também na hipótese de importação de mercadoria e bem do exterior”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

Alteração 1ª - O inciso I do § 1º do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade (Lei Complementar nº 114/2002);”

Alteração 2ª - Os incisos IX e XI do art. 5º passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o § 5º;

...

“IX - do desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior (Lei Complementar nº 114/2002);

...

XI - da aquisição em licitação pública de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados (Lei Complementar nº 114/2002);

...

§ 5º - Na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados do exterior antes do desembaraço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador neste momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição, exigir a comprovação do pagamento do imposto (Lei Complementar nº 114/2002)”.

Alteração 3ª - A alínea “e” do inciso V e o “caput” do § 1º do art. 6º passam a vigorar com a seguinte redação:

“e) quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras (Lei Complementar nº 114/2002);

...

§ 1º - Integra a base de cálculo do imposto, inclusive na importação do exterior de mercadoria ou bem (Lei Complementar nº 114/2002):”

Alteração 4ª - Fica acrescentado o § 5º ao art. 11, com a seguinte redação:

“§ 5º - Em substituição ao disposto no inciso II do “caput” deste artigo a base de cálculo em relação às operações ou prestações subseqüentes poderá ser o preço a consumidor final usualmente praticado no mercado considerado, relativamente ao serviço, à mercadoria ou sua similar, em condições de livre concorrência, adotando-se para sua apuração as regras estabelecidas no § 3º (Lei Complementar nº 114/2002).”

Alteração 5ª - O “caput” e os incisos I e III do parágrafo único do art. 16 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial (Lei Complementar nº 114/2002):

I - importe mercadoria ou bem do exterior, qualquer que seja a sua finalidade (Lei Complementar nº 114/2002);

...

III - adquira em licitação mercadoria ou bem apreendidos ou abandonados (Lei Complementar nº 114/2002);”

Alteração 6ª - O inciso I do art. 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - da entrada ou recebimento da mercadoria, do bem ou do serviço (Lei Complementar nº 114/2002);”

Alteração 7ª - A alínea “e” do inciso I do art. 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

“e) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados (Lei Complementar nº 114/2002);”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2002.

À Diretoria Legislativa.

Indicações:**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

O deputado que adiante o subscreve, no uso de suas atribuições regimentais de Líder da Bancada do PDT na Assembléia Legislativa, indica como membros, os seguintes deputados para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito:

1. CPI Banestado - deputado Neivo Beraldin
2. CPI Paranacidade - deputado José Maria Ferreira
3. CPI do Pedágio - deputado Vanderlei Iensen
4. CPI Jogos Mundiais da Natureza - deputado Renato Gaúcho

5. CPI Copel/Sercomtel - deputado Barbosa Neto.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos por meio deste, mui respeitosamente, na condição de parlamentar integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e atual líder da bancada do Partido Popular Socialista, indicar o deputado estadual Marcos Valente Isfer para que componha a Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel ora instaurada.

Na certeza de vosso atendimento, manifestamos nosso profundo contentamento pela oportunidade de vislumbrarmos nosso companheiro partidário nesta Comissão que prestará relevantes contribuições ao povo paranaense.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) WALDIR LEITE

Líder do PPS

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente indicar os deputados Ademir Bier e Artagão Júnior como titulares e dos deputados Alexandre Curi e Antonio Anibelli como suplentes, para comporem a Comissão do Bloco Agropecuário.

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para solicitar a indicação dos deputados do Partido dos Trabalhadores, para compor as Comissões Parlamentares de Inquérito, conforme segue:

Copel

Titular: Tadeu Veneri

Suplente: Padre Paulo

Banestado

Titulares: Pedro Ivo Ilkiv e Luciana Rafagnin

Suplentes: André Vargas e Ângelo Vanhoni

Jogos da Natureza

Titular: Elton Carlos Welter

Suplente: Luciana Rafagnin

Pedágio

Titular: André Vargas

Suplente: Hermes Fonseca

Paranacidade

Titular: Padre Paulo

Suplente: Elton Carlos Welter.

Na oportunidade, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Líder do PT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente encaminhar relação dos deputados do PMDB, que farão parte das Comissões Parlamentares de Inquéritos - CPI's, conforme relação em anexo.

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder da Bancada do PMDB

CPI's - Titulares ou Suplentes - PMDB

CPI do Banestado

Titular	Suplente
Mario S. Braddock	Dobrandino da Silva
Ademir Bier	Elza Correia

CPI do Paranacidade

Titular	Suplente
Artagão Júnior	Alexandre Curi

CPI dos Jogos Mundiais da Natureza

Titular	Suplente
Dobrandino da Silva	Ademir Bier

CPI dos Pedágios

Titular	Suplente
Alexandre Curi	Antonio Anibelli

CPI da Copel

Titular	Suplente
Elza Correia	Antonio Anibelli

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, destaque para votação dos itens 02 e 08 da pauta, para votação em separado.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 222

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja adiado de hoje (10/03/2003) para amanhã (11/03/2003) a entrega das indicações dos nomes de cada partido dos componentes das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 79/2003, tendo em vista a existência de proposição que trata da mesma matéria, Projeto de Lei nº 77/2003, ambos da autoria do deputado André Vargas.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja determinado, ao setor competente, o desarquivamento e ao mesmo tempo a tramitação dos projetos,

de nossa autoria, em regime de urgência e de conformidade com a relação, em anexo.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Projetos do deputado Antonio Anibelli - 2002

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2002

Autoriza a Comissão Executiva da Casa, a aumentar os vencimentos dos funcionários, inclusive inativos e pensionistas em R\$100,00 (cem reais) mensais. **Arquivado em 19/03/2002.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/2002

Autoriza a Comissão Executiva a financiar 50% (cinquenta por cento) das mensalidades de nossos servidores matriculados em faculdades. **Arquivado de acordo ATR 250 do Regimento Interno em 16/12/2002.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/2002

Autoriza a Comissão Executiva da Casa, a firmar contrato com empresas de seguro de saúde, com o objetivo de prestar assistência aos senhores funcionários da ativa, inativos e pensionistas desta Assembléia Legislativa. **Arquivado de acordo ATR 250 do Regimento Interno em 16/12/2002.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/2002

O senhor governador do Estado do Paraná, fica com o compromisso de percorrer as estradas do Paraná com automóvel ao menos uma vez por ano. **CCJ em 21/02/2002.**

PROJETO DE LEI 179/2002

Institui o novo piso salarial, no âmbito do Estado do Paraná, para as categorias profissionais, que não tenha sido definido em lei federal, convenção, ou acordo coletivo de trabalho. **CCJ em 05/04/2002.**

PROJETO DE LEI 181/2002

Dispõe sobre a contratação de controladores de velocidades para fins de fiscalização nas rodovias estaduais. **Anexado ao Projeto de Lei nº 176/2002. CCJ em 04/04/2002.**

PROJETO DE LEI 321/2002

Autoriza o Poder Executivo providenciar para que seja colocada à disposição de todos os estabelecimentos de ensino médio e fundamental do Estado do Paraná, um policial para tentar coibir o tráfico e o consumo de drogas. **Segurança em 03/12/2002.**

PROJETO DE LEI 369/2002

Transforma em aumento salarial a gratificação especial concedida pela Lei nº 13.515 de 26/03/2002. **Arquivado em 16/12/2002 - Art. 250 do Regimento Interno.**

PROJETO DE LEI 569/2002

Proíbe nos próprios, fotografias de vereadores, deputados estaduais ou federais, senadores, presidente da República, vice-presidente da

república, governador, vice-governador, prefeito e vice-prefeito, antes de findarem seus mandatos. **Arqui-**

vado conforme artigo 250 do Regimento Interno em 16/12/2002.**PROJETO DE LEI 588/2002**

Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar em até 20 (vinte) vezes, em importância mensais iguais as multas aplicadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) até a presente data. **CCJ em 28/08/2002.**

PROJETO DE LEI 613/2002

Inclui o artigo 1º da Lei nº 11.718, de 07 de maio de 1997, a Faculdade de Artes do Paraná. **CCJ em 11/09/2002.**

PROJETO DE LEI 707/2002

Isenta da contribuição do ICMS de mudas e plantas **CCJ em 20/11/2002.**

REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Tibiriça Botto Guimarães, em 06 de março de 2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada através do vereador e presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores Sr. Ney Patricio, na Travessa Oscar Muxfekdt, 81 - Centro, CEP: 85.851-490, município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Solicita ainda que o mesmo edil, dê ciência a toda a classe empresarial de Foz do Iguaçu, através do presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem contribuiu por mais de 30 anos foi mentor, incentivador e participe do desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu. Ao deixar-nos enlutado Tibiriçá que tinha 60 anos, parte deixando um exemplo de empresário e cidadão comprometido com a comunidade na qual estava inserido, tendo sido um incansável guerreiro em prol do empresariado e do desenvolvimento, sob todos os aspectos, de Foz do Iguaçu, deixando uma lastimável lacuna tanto para a família enlutada como para a comunidade iguaçuense e do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 188

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Irani Garcia, em 27 de fevereiro de 2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada e a comunidade de Foz do Iguaçu através do vereador e presidente em exercício da

Câmara Municipal de Vereadores Sr. Ney Patricio, na Travessa Oscar Muxfekdt, 81 - Centro, CEP: 85.851-490, município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem dedicou a vida em prol da população tanto no exercício da função de vereador ou de secretário, quanto no seu dia-a-dia, mesmo sem deter qualquer cargo ou função pública.

O passamento do ex-vereador, deixa enlutada não só a família que seguindo os ensinamentos do patriarca Irani, é exemplo de união e harmonia para as demais famílias, mas também a comunidade de São Clemente no município de Santa Helena, onde foi um dos pioneiros, como também Foz do Iguaçu onde há décadas passou a residir, a lacuna deixada pelo incansável batalhador em prol dos mais necessitados será sentida não só pelos que por ele foram atendidos, mas por todos aqueles que norteiam sua atividade pública e civil em servir aos mais necessitados.

REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do Sr. Vanderley Cardoso Just, da comunidade do município de Campo Mourão-PR, pelo falecimento ocorrido em data de 01 de março do corrente ano.

Requer, ainda, que da decisão, seja dada ciência à família enlutada: Av. José Custódio de Oliveira, 1.404 - Apto. 1212 - CEP: 83.300-020 - Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do Sr. Salvador Pinto Manoel, da comunidade do município de Luziana-PR., pelo falecimento ocorrido em data de 08 de março do corrente ano.

Requer, ainda, que da decisão, seja dada ciência à família enlutada: Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, s/nº - CEP: 87.290-000 - Luziana-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Cícero de Moura, progenitor do Exmo. deputado

Nereu Moura, ocorrido no dia 02 de março, na cidade de Catanduvas-PR.

O Sr. Cícero de Moura, teve uma vida sempre dedicada à sociedade e à família paranaense, sendo um dos pioneiros do município de Catanduvas.

Era casado com a Sra. Florisbela Alves de Moura e deixou 12 filhos legítimos, 14 filhos de criação e ainda netos, bisnetos e tataranetos.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

Apoiamento:

Delegado Bradock, Jocelito Canto, Dobrandino da Silva, Ademir Bier, Elza Correia, Hermas Brandão, Francisco Bühner e Reni Pereira.

REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do Sr. Benedito Faria Pinto, da comunidade do município de Luziania-PR, pelo falecimento ocorrido em trágico acidente automobilístico, em data de 07 de março do corrente ano.

Requer, ainda, que da decisão, seja dado ciência à família enlutada: Av. Liberdade, s/nº - CEP: 87.290-000 - Luziana-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 214

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do vereador Alfredo Chaek (Farid), ocorrido na data de hoje, na cidade de Nova Fátima.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, nas pessoas de seus filhos Paulo Roberto Domingos Chaek e Alfredo Chaek Filho, à Rua Habib Chaek 344, na cidade de Nova Fátima.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 215

Senhor Presidente:

O deputado Padre Paulo Campos, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de pesar pelo falecimento de Dom Eliseu de Moraes Pimentel,

Bispo da Diocese de Paranavaí-PR., ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2003, em Paranavaí-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Justifica o voto de pesar pelo reconhecimento do trabalho e dedicação de Dom Eliseu de Moraes Pimentel a toda a comunidade paranaense, de maneira especial nas regiões de Jacarezinho e Paranavaí-PR.

REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, que se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Dr. Rogério Antônio Souza do Nascimento, ocorrido no dia 05 do mês em curso.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

O passamento do senhor Rogério Antonio Souza do Nascimento, ocorreu no dia 05.03.2003, nesta capital, acometido de problema cardíaco. Era nascido na cidade de Curitiba-PR, em data de 14 de janeiro de 1943, casado com a senhora Jeanini Maria Marques do Nascimento, pai de três filhos: Dr. Marcelo Rogério Marques do Nascimento; Dr. Daniel Gustavo Marques do Nascimento e Fabiano Roberto Marques do Nascimento. Médico aposentado da Assembléia Legislativa, professor da Pontifícia Universidade Católica-PUC, dentre outras atividades.

Pelo seu comportamento como pai de família e médico, entendo ser das mais justas a homenagem póstuma que esta Casa Legislativa presta-lhe e aos seus familiares, consignar em seus Anais este voto de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à diretoria da Coamo - Cooperativa Agropecuária Mourãoense pelo extraordinário desempenho obtido no exercício de 2002, obtendo um crescimento de 42% da receita em relação ao exercício anterior.

Requer, ainda, que da aprovação desta, seja dado ciência à diretoria pelo seu presidente engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini (Rua Fioravante João Ferri, 99 - Jardim Alvorada - Caixa Postal 460 - CEP 87308-445 - Campo Mourão-PR).

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Coamo - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda, apresentou recentemente em assembléia geral de

seus cooperados o resultado do exercício de 2002 de suas operações que trouxe o extraordinário índice de 42% de crescimento em relação ao exercício de 2001, com um faturamento de R\$2.027.000.000,00 (dois bilhões e vinte e sete milhões de reais) e sobras líquidas de R\$170.054.000,00 (cento e setenta milhões e cinquenta e quatro mil reais).

Há que se ressaltar que a Coamo vem superando metas a cada ano, e especialmente em 2002 apresentou crescimento em todos os ramos de suas atividades, gerando um desempenho notável aferido inclusive pelo crescimento de 32,2% no recolhimento de tributos, alcançando a cifra de R\$112.069.000,00 (cento e doze milhões e sessenta e nove mil reais).

É, portanto, absolutamente justo que este Poder, em reconhecimento ao competente trabalho da diretoria e funcionários da Coamo, reconheça neste nosso pleito, o singular desempenho dessa que já é um orgulho de nós, paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 195

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à nova diretoria da Acicam - Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, na pessoa de seu presidente, Sr. Eloy Ricardo Bonkoski, desejando auspiciosa gestão à frente daquela valorosa entidade representativa do Comércio e Indústria de Campo Mourão.

Requer, ainda, que da decisão deste, seja dado ciência à diretoria da Acicam, por seu presidente, Sr. Eloy Ricardo Bonkoski (Av. Irmãos Pereira, 963 - Shopping Cidade, 2º andar - CEP 87300-010 - Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 198

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares deste egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à nova diretoria da CDL - Câmara de Diretores Lojistas de Campo Mourão, na pessoa de seu presidente, Sr. Álvaro Machado da Luz, desejando auspiciosa gestão à frente daquela valorosa entidade representativa da Classe Lojista do Município de Campo Mourão.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dado ciência à diretoria da CDL, Câmara de Diretores Lojistas de Campo Mourão, por seu presidente, Sr. Álvaro Machado da Luz (Av. Capitão Índio Bandeira, 963 - 2º andar- CEP 87.301.000 - Campo Mourão- PR.

Sala das Sessões, em 10.03.2003

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, à consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Guaraqueçaba pela passagem de seus 458 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Antonio Felício Ramos Filho, Prefeito Municipal, ao vice-prefeito, Sr. Ivori José Dias, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Guaraqueçaba estará, no próximo dia 11 de março, comemorando festivamente o transcurso de mais um aniversário da emancipação política de seu município.

Em 1545, quando a expedição espanhola de Senabrio imprevisivelmente aportou nas costas de Superagüi, assolada por uma tempestade, encontrou, dividindo amistosamente o território com as tribos indígenas locais, dois portugueses. No ano de 1614, o tabelião da Ouvidoria de São Vicente, Diogo de Unhatte, obtém de Pero Cubas e Sesmaria Paranaguá, localizada entre os rios Ararapira e Superagüi.

As primeiras ocupações no Estado do Paraná, aconteceram através de Guaraqueçaba pelos colonizadores portugueses em 1545. Por volta de 1638/1646, Gabriel de Lara, fundador da Capitania de Paranaguá, descobriu nas encostas de Serra Negra uma rica lavra de ouro, ocasionando uma corrida dos aventureiros em busca de riqueza.

Os habitantes primitivos, índios tupiniquins e carijós, somados pelos missionários jesuítas e pelos exploradores portugueses iniciam, seja pela busca do ouro, seja pela mão-de-obra indígena feita prisioneira, um intenso fluxo populacional ocasionando os povoados na faixa litorânea do Paraná e contribuindo para o declínio acentuado da população primitiva que habitava a região.

Com o fim do ciclo do ouro extinto em fins do Século XVII, quando da descoberta de metais preciosos em Minas Gerais, ficaram em território paranaense litorâneo, populações esparsas em sítios e fazendas, as quais reivindicam a sede de uma futura povoação uma vez que Paranaguá monopolizava administrativa e politicamente toda a região do litoral.

A população encontrou sérias dificuldades para instalar um povoado central, já que vários desses sítios e fazendas disputavam a honra de ser a sede da futura povoação o que acabou provocando uma demora na instalação de um freguesia.

Em 1838, Cypriano Custódio de Araújo e José Fernandes Correia, construíram uma capela na fralda do morro do Quitombê, a qual foi benta a 15 de junho de 1838, sob a invocação do Bom Jesus dos Perdões. Em torno da capela foram surgindo edificações que, em pouco tempo, formaram o povoado. Em 1854 foi elevada à freguesia, e em 1880, em município.

Guaraqueçaba, enquanto município, viveu sua fase de prosperidade de meados do Século XIX até o início deste, por ser uma região bem servida de vias navegáveis para pequenos barcos e canoas, as quais possibilitavam comunicações marítimas e fluviais fáceis - tanto com as cidades da baía de Paranaguá, como Antonina e Paranaçuá, quanto com as cidades do litoral sul paulista e outras regiões.

Inserção Do Município Na Região

A cidade de Guaraqueçaba está situada numa região de rara beleza do litoral paranaense, sendo ladeada pelas baías de Paranaguá e das Laranjeiras e pela elevação da Serra do Mar.

Esse ambiente apresenta acidentes geográficos característicos que se desenvolvem de montanhas com grandes vales na serra, mangues, enseadas e praias nas baías.

A cidade de Guaraqueçaba está acerca de 180 km da Capital e pode ser alcançada a partir de Curitiba até Morretes, Antonina e Cacatu por estradas federais e asfaltadas, e a parte de Cacatu até Guaraqueçaba num percurso de aproximadamente 80 km em estrada secundária, com revestimento solto, via de regra mal conservada, o que torna penoso o trajeto.

Uma das finalidades de se manter esta estrada secundária com acesso a Guaraqueçaba mais difícil, faz parte da estratégia do estado de preservação daquele ecossistema que possui formas das mais variadas, requerendo tratamentos diferenciados e que tem atraído muito a atenção dos ecologistas, gerando uma série de leis e regulamentos preservacionistas muitas vezes abrangentes a toda a área da Serra do Mar que, de certa maneira, tem dificultado as atividades produtivas da região.

Recentemente houve a regulamentação da legislação vigente, o que criou possibilidades de alternativas para o desenvolvimento econômico da região.

O desenvolvimento da região esteve assentado na exportação de produtos agrícolas, principalmente a banana, que era inclusive, comercializada com os países do Rio da Prata. Contudo, o desenvolvimento dos meios de comunicação terrestre, incentivados a partir do final do século passado, ligando o litoral ao planalto, seja através da estrada da Graciosa, entre Curitiba e Antonina, seja através da ferrovia Curitiba-Paranaguá, contribuiu para que a região de Guaraqueçaba entrasse num processo de decadência, semelhante ao ocorrido no litoral paulista, em que o escoamento por via marítima e fluvial da produção municipal cai em desuso, processo agravado ainda mais pela completa ausência de ligações terrestres que unissem o município ao restante do Estado.

Com todos os percalços econômicos sofridos, tem-se ainda que, em 1938, foi extinto o município de Guaraqueçaba, sendo anexado como distrito de Paranaguá.

Só que em 1947, pela Lei nº 02 de 10 de outubro de 1947, sua autonomia foi restaurada, e em 31 de outubro do mesmo ano o município de Guaraqueçaba foi novamente instalado.

Se por um lado as questões políticas podem ter interferido em sua autonomia e as questões físicas do litoral não permitiram que ele se expandisse, como algumas regiões do Estado, por outro, essas mesmas características o tornaram privilegiado na manutenção de suas reservas florestais e de seus ecossistemas, mais ou menos intactos.

Este relativo isolamento vivido por Guaraqueçaba levou, sem dúvida, a preservação de seu meio ambiente. Entretanto, as condições de vida da população residente não correspondem às riquezas da natureza. Ao contrário, sobreviver naquela região tem sido um desafio àqueles que dela procuram extrair a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO Nº 190

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor às equipes da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba que, distribuídas por cento e cinco Unidades de Saúde, em todos os bairros da Capital do Estado, tem prestado à população inestimáveis serviços, cujos principais resultados, entre muitos outros, se expressam na conquista da queda dos índices de mortalidade infantil e materna.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba conta em seus quadros com 4.563 profissionais das diversas categorias componentes da equipe multidisciplinar de trabalho em saúde. Estão distribuídos pela sede central, pelas sedes dos oito Distrito Sanitários, no Laboratório Municipal, no Siate, nos centros de apoio e pelas 105 (cento e cinco) Unidades de Saúde (básicas, 24 horas, hospital comunitário, centros de especialidades, idosos, crianças, mulheres e Centro Vida). Muitas dessas unidades permanecem abertas sete dias por semana e vinte e quatro horas por dia.

Elas atendem a população com assistência médica e odontológica, vigilância sanitária e epidemiológica, internamentos, encaminhamentos para níveis de maior complexidade, gestão de todo o sistema de saúde, logística de abastecimento e manutenção, ações educativas e preventivas, fornecimento de exames, medicamentos e vacinas, socorro em situações de calamidade, capacitação dos profissionais: visitas e internamentos domiciliares, combate a encemias e epidemias e muitas outras ações.

Entre muitos resultados deste trabalho, que poderiam ser aqui citados, um merece ser registrado como marca especial da garra e do compromisso deste grande contingente de servidores da saúde que, em sua imensa maioria, sustentam um grande e sempre renovado idealismo no cuidado com a saúde da população. Trata-se da diminuição dos índices de mortalidade infantil e materna conquistados nos últimos anos, através da complexa articulação de um grande número e ações em saúde abrigadas sob o programa “Mãe Curitibana”, de humanização da atenção materno-infantil em Curitiba.

Em março de 2000, a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, lançou o desafio de redução da mortalidade infantil na cidade para uma taxa inferior a dez óbitos por mil nascidos vivos até 2005. Mais do que uma meta desafiadora, a proposta transformou-se num pacto selado com toda a sociedade, o “Pacto da Vida”.

De 2000 para cá, a taxa de mortalidade infantil foi reduzida de 14,7 para 11,8 óbitos por mil nascidos vivos em 2002. Um impressionante e maravilhoso resultado: 192 vidas salvas em dois anos.

Mas o trabalho destas equipes propiciou ir ainda mais longe. Também a mortalidade materna foi reduzida, passando de 21 óbitos em 1999 (coeficiente de 71/1000 nascidos vivos) para 6 em 2002 (22/100 mil).

Outros indicadores revelam que o avanço não se restringe à redução da mortalidade, mas abrange também a melhoria da qualidade de vida das crianças e gestantes curitibanas. Ações do Programa Mãe Curitibana vem permitindo controle de diversos problemas na gestação e parto, incluindo a diminuição de casos de infecção vertical por HIV. Estima-se que no período de vigência do programa evitou-se a transmissão do HIV em aproximadamente 120 crianças.

Tais resultados refletem a intensa atuação na melhoria da qualidade da atenção materno-infantil no Sistema Único de Saúde de Curitiba. Especialmente o esforço das equipes de saúde da rede municipal, demonstrado pelo intenso envolvimento de cada um de seus membros no cuidado e vigilância das gestantes e crianças sob sua responsabilidade, numa atitude que merece ser louvada por toda a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 212

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao presidente do Pequeno Cotelengo, Orley Boçon, parabenizando a instituição pela realização de homenagem a dezenove empresas, às quais foram conferidas o Certificado Projeto Empresa Cidadã.

As dezenove empresas apoiaram o Pequeno Cotelengo, durante o ano de 2002, por meio de doações ou prestação de serviços, contribuindo para que a entidade proporcione melhor qualidade de vida para os 238 portadores de necessidade especiais (crianças e adultos) atendidos naquela instituição.

Este é o segundo ano em que as empresas foram agraciadas com o reconhecimento da comunidade em razão do auxílio prestado ao trabalho essencial do Pequeno Cotelengo.

Foram homenageadas a Rede Paranaense de Comunicação - RPC, Café Damasco, Elite Plotagens, Siemens, TJR Studio, Gráfica Nossa Senhora do Rocio, Intenções Pré Impressão, Móveis Bortolini, Decorsul, Dialever, Tramontina, Lojas Salfer, Luto Curitiba, Boscardin e Filhos, Efitecc, Kraft Foods Brasil, Risotolândia, Brasil Telecon e Moinho do Nordeste.

Em parceria com as empresas foram construídas seis casas lares, onde adolescentes portadores de necessidades especiais são atendidos por mães sociais e ganham maior dependência.

Cabe salientar que crianças, adolescentes e adultos atendidos no pequeno Cotelengo são órfãos ou abandonados, motivo pelo qual moram na entidade. participam de programas de alfabetização, atendimento de enfermagem, serviços de fisioterapia, fonoaudiólogo e odontológico.

A meta para o ano de 2003 é a reforma de um dos prédios onde moram portadores de necessidades especiais.

Diante do relevante trabalho prestado pelo Pequeno Cotelengo, a entidade merece todas as homenagens desta Casa de Leis, ainda mais porque encontra oportunidade para se dedicar ao reconhecimento dos respectivos parceiros.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 213

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pissetti, solicitando informações sobre a produção da revista “Paranazinho”, a saber:

- . Objeto de divulgação;
- . Segmentos que se pretendia atingir;
- . Tiragem;
- . Processo licitatório (vencedor do certame valor, forma de pagamento, atestado de recebimento dos serviços contratados);
- . Quem ou quais foram os responsáveis pela diagramação, redação e o seu custo, se não incluído no valor de licitação.

Sala das Sessões, em 10.03.2003

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente, pois a sociedade

paranaense está a inquirir dos poderes constituídos, e em especial ao novo governo, que torne público o quanto se gastou e como foi realizado este gasto em seu nome, para observar se existia o interesse público na contratação destes serviços ou foi apenas mais uma forma de banalizar o dinheiro público.

REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual de Saúde, Cláudio Murilo Xavier, para que seja agilizada com urgência a aquisição de equipamentos para que entre em funcionamento o Hospital Distrital de Santo Antônio da Platina.

O presente requerimento deve-se pela importância que tal obra significa para Santo Antônio da Platina e região. A população de 8 (oito) municípios depende desse hospital para um melhor atendimento da saúde.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 199

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Anderson Aduato Pereira, DD. ministro de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis no sentido de determinar a recuperação dos acostamentos da BR-487, mais precisamente no trecho que liga o perímetro urbano da cidade de Campo Mourão até a Usina Hidrelétrica Mourão.

Sala das Sessões, em 10.03.2003

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A BR-487 tem se tornado a principal artéria de ligação entre as regiões Centro-Oeste e Sul do Paraná, concentrando em sua calha grande parte da produção agrícola que se destinam ao porto de Paranaguá, além de enorme fluxo de veículos de pequeno porte que se destinam à Capital do Estado.

Com a proximidade de concentrações urbanas, formam-se verdadeiros “gargalos”, é o caso de Campo Mourão, que possui sua área industrial às margens dessa rodovia e dentre as várias indústrias ali localizadas merece destaque o conglomerado da Coamo - Cooperativa Agropecuária Mourãoense, que mantém ali várias indústrias de transformação, ocasionando grande demanda de tráfego de veículos leves e pesados, sendo, portanto, imprescindível a imediata recuperação dos acostamentos daquela rodovia que se encontram em caráter precário de utilização, provocando acidentes inclusive com vítimas fatais.

REQUERIMENTO Nº 194

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Waldir Ortêncio Pugliesi, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de determinar a recuperação asfáltica da PR-468, trecho Moreira Salles-BR-272, que apresenta precárias condições de uso, colocando em risco veículos, motoristas e transeuntes que dela se utilizam.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 211

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Waldir Ortêncio Pugliesi, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de determinar a recuperação asfáltica da PR-549, trecho Barbosa Ferraz - Corumbataí do Sul - Trevo da BR-487, que se encontra em péssimas condições de tráfego, colocando em risco todos que por ali transitam.

Sala das Sessões, em 10.03.2003

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 191

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de pedido de esclarecimentos ao secretário de Estado dos Transportes, Waldir Ortêncio Pugliesi, com relação ao Edital de Concorrência nº 060-2001 - DER/DT, que objetiva a execução dos serviços de restauração da rodovia PR-082, trecho Jardim Alegre - São João do Ivaí, numa extensão de 21,00 km, face à sua paralisação. Não obstante a paralisação, esclarecimentos sobre a possibilidade da retomada da presente obra, tendo em vista a sua atual situação, onde vem ocasionando elevados danos e custos operacionais e, principalmente, colocando em risco a vida de seus usuários.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente à Prefeitura Municipal de São João do Ivaí.

(a) Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 192

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de pedido de esclarecimentos ao secretário de Estado dos Transportes, Waldir Ortêncio Pugliesi, com relação ao Edital de Concorrência

nº 049-2001 - DER/DT, que objetiva a execução dos serviços de restauração da rodovia PR-82, trecho São João do Ivaí - Rio Corumbataí, numa extensão de 21,00 KM, e da rodovia PR-457, trecho: entre PR 082- Rio Ivaí, numa extensão de 3,00 km, face à sua paralisação. Não obstante a paralisação, esclarecimentos sobre a possibilidade da retomada da presente obra, tendo em vista a sua atual situação, onde vem ocasionando elevados danos e custos operacionais e, principalmente, colocando em risco a vida de seus usuários.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente à Prefeitura Municipal de São João do Ivaí.

(a) Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 220

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, imediatas providências no sentido de que a Secretaria de Estado dos Transportes coloque à disposição, urgente, patrulhas de manutenção para a PR-092.

O presente requerimento, justifica-se pelo total estado de abandono da ligação entre os municípios de Rio Branco do Sul, Cerro Azul e Dr. Ulysses, sendo que estes municípios não obtiveram atendimentos do último governo de pavimentação asfáltica, inviabilizando qualquer trânsito nesta via principal de acesso a estes municípios no trecho que abrange 108km de estradas de terra, historicamente conhecidas na região considerada uma das mais pobres do Estado do Paraná.

Perdura a dificuldade de falsas promessas e o incrível desprezo das autoridades do governo anterior para com o povo pobre e humilde daquela região. Esperamos que neste mandato do novo governo, possamos contar com o irrestrito apoio para juntos vislumbrarmos dias melhores para a região do Vale da Ribeira.

O isolamento desta região, neste momento está ocasionando a quebra econômica e financeira destes municípios desde o transporte de leite, madeiras, bovinos e frutas. Cabe ressaltar, que nos últimos meses por falta de estrutura da estrada e não conseguindo chegar até a capital, muitos partos foram feitos dentro dos veículos.

Pelo acima exposto, e pela importância da informação esperamos contar com o devido apoio de nossos pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 196

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, secretário em exercício da Segurança Pública, solicitando

informações sobre o funcionamento do Centro de Atendimento Psicossocial do Departamento da Polícia Civil paranaense.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O aperfeiçoamento funcional dos policiais responsáveis pela segurança da coletividade paranaense, passa, decididamente, pela normalidade dos aspectos emocional e psicológico do servidor.

No âmbito do Departamento da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, funciona, desde o início de 2000, o Centro de Atendimento Psicossocial, voltado justamente para o atendimento clínico à saúde física e mental do policial e seus familiares.

O objetivo do documento em tela é o de solicitar à autoridade acima nominada, informações quanto ao funcionamento do CAP e que essas informações sejam repassadas para todos os senhores deputados desta Assembléia para que os mesmos assenhem-se da importância desse serviço e tenham oportunidade de oferecer contribuições para o seu aperfeiçoamento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 084/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de São João do Triunfo, com sede e foro no município de São João do Triunfo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de São João do Triunfo, entidade sem fins lucrativos, pauta suas atividades em atendimento aos pacientes portadores de câncer e as famílias, neste município, suprimindo o Sistema Único de Saúde, bem como realiza trabalho educativo e preventivo junto à comunidade.

Desta forma, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 085/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a esta-
dualizar o trecho de vinte e oito quilômetros de estradas

municipais que ligam os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O referido trecho liga as regiões Central e Sul do Estado, encurtando em muito a distância de diversos municípios da região com a Capital do Estado e o Porto de Paranaguá, propiciando aos mesmos maiores investimentos e facilidade no escoamento da safra agrícola.

A iniciativa é uma reivindicação de lideranças políticas e comunitárias da região, em face da defasagem econômica da mesma em relação às demais do Estado, sendo uma das principais razões deste quadro a precariedade das estradas ou a falta de acesso.

O trecho a ser estadualizado conta com a conservação atual dos municípios de Altamira do Paraná e Laranjal, entretanto é notório que as condições de conservação da mesma não atendem as necessidades regionais e as condições de trafegabilidade que a mesma requer, desta forma a estadualização constituir-se-á numa integração regional através do prolongamento da Rodovia PR-364 que hoje inicia no trevo de Campina da Lagoa e termina no trevo de Marquinho.

PROJETO DE LEI Nº 086/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Humanização da Atenção Materno-Infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná.

Art. 2º - O Programa de que trata a presente lei terá os seguintes objetivos:

I - prover os meios necessários ao planejamento familiar;

II - melhorar a qualidade do atendimento pré-natal, do pré e do pós-parto;

III - garantir o acesso ao parto;

IV - desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde materna, neonatal e infantil;

V - promover o engajamento voluntário da sociedade civil organizada em prol da redução da mortalidade infantil e materna;

VI - articular o programa às políticas social, educacional, habitacional, nutricional e assistencial.

Art. 3º - Para prover os meios necessários ao planejamento familiar deverá ser adotado protocolo que contenha, entre outras, as seguintes medidas:

I - informação e orientação adequadas sobre planejamento familiar para os casais;

II - disponibilização dos métodos anticoncepcionais adequados a cada segmento de usuários;

III - acesso, mediante indicação técnica e opção, a meios de anticoncepção definitivos para mulheres e homens, atendida a legislação pertinente;

IV - abordagem e atendimento específico para adolescente;

V - disponibilização imediata de métodos anticoncepcionais para mulheres que sofrem internamento por abortamento.

Art. 4º - Para melhorar a qualidade do atendimento pré-natal deverá ser adotado protocolo que contenha, entre outras, as seguintes medidas:

I - inscrição regular das gestantes ao Programa, através dos serviços de saúde dos quais estejam ou venham estar adscritas;

II - caracterização do risco reprodutivo conforme a faixa etária e com detecção precoce de patologias como a hipertensão arterial sistêmica, o diabetes, as doenças renais e as cardiopatias;

III - vinculação prévia de cada gestante ao serviço de saúde no qual será realizado seu parto e naquele em que será atendido em caso de intercorrências pré-natais;

IV - garantia de visita pré-natal da gestante à maternidade onde será realizado o parto;

V - produção e distribuição de material de educação em saúde para todas as gestantes inscritas no programa;

VI - realização de oficinas de trabalho para as gestantes, casais e famílias, abordando temas referentes à gestão, parto normal e aleitamento materno, entre outros relevantes;

VII - oferta de teste-HIV, com aconselhamento pré e pós-teste, para todas as gestantes do Estado;

VIII - acompanhamento especializado da gestante HIV positivo com uso correto de terapêutica anti-retroviral na gestão, realização de cesariana quando indicada e supressão da lactação;

IX - garantia mínima dos exames laboratoriais e ecográficos necessários, como prioridades na primeira metade da gestão e em torno da trigésima semana da gestação.

Art. 5º - Para garantir o acesso ao parto deverá ser adotado protocolo que contenha, entre outras, as seguintes medidas:

I - garantia de um acompanhante escolhido pela gestante durante o trabalho de parto e o parto;

II - vinculação da gestante a serviços identificados como aptos conforme a situação de risco gestacional;

III - presença de neonatologista ou pediatra na sala de parto;

IV - realização do parto exclusivamente por enfermeira-obstetra ou por médico que, preferencialmente, tenha acompanhado o pré-natal;

V - garantia da consulta puerperal precoce;

VI - garantia da consulta puerperal tardia oportunizando o planejamento familiar.

Art. 6º - Para desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde neonatal e infantil deverá ser adotado protocolo que contenha entre outras, as seguintes medidas:

I - notificação obrigatória à autoridade de saúde de neonato de risco;

II - garantia de referência da criança a serviço de saúde de complexidade adequada a cada caso;

III - estímulo imediato ao aleitamento materno;

IV - adoção de alojamento conjunto para a puérpera e o neonato;

V - investigação diagnóstica e acompanhamento obrigatórios para recém-nascidos de mães HIV positivo;

VI - garantia de fornecimento de leite para alimentação do lactante cuja mãe foi submetida a supressão da lactação por ser portadora de HIV;

VII - aplicação de vacina para hepatite B nas primeiras doze horas após o parto;

VIII - notificação obrigatória à autoridade de saúde de internamentos de crianças menores de um ano.

Art. 7º - Para promover o engajamento voluntário da sociedade civil organizada para a redução da mortalidade infantil e materna deverão ser implantados comitês em defesa da vida.

Parágrafo Único - Os comitês em defesa da vida ficarão vinculados a serviços de saúde e apoiarão as famílias das gestantes e das crianças de risco.

Art. 8º - Para articular o Programa de Humanização da Atenção Materno-Infantil às políticas educacional, habitacional, nutricional e assistencial, as autoridades sanitárias deverão propor a inscrição dos usuários do programa de que trata esta lei nos respectivos programas das demais políticas sociais, conforme os critérios adotados no âmbito das mesmas.

Art. 9º - Na implantação e execução do programa, fica a Secretaria de Estado da Saúde autorizada a:

I - coordenar a elaboração do programa de Humanização da Atenção Materno-Infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná, em articulação com as Secretarias de Saúde dos municípios, as instâncias intergestoras e o Conselho Estadual de Saúde;

II - estruturar e garantir o funcionamento das demais centrais de regulação obstétrica e neonatal;

III - assessorar os municípios;

IV - monitorar o desempenho e os resultados através de indicadores;

Art. 10 - A elaboração dos protocolos de que tratam os artigos 3, 4, 5 e 6 desta lei deverá contar com a participação das universidades e entidades científicas afins.

Art. 11 - Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias contados à partir da data de sua publicação.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Paraná define como competência do Estado cuidar da saúde e assistência públicas (artigo 12), Inciso II), designa o Estado como integrante do Sistema Único de Saúde (artigo 167) e registra claramente (artigo 170) que o Estado dotará os serviços de meios adequados ao atendimento da saúde da mulher. Com igual cuidado, guarda capítulo especial sobre a proteção à criança. E, ainda, afirma que cabe à Assembléia Legislativa dispor sobre Programas Estaduais (artigo 53, inciso V).

Em atendimento às citadas determinações constitucionais que, uma vez cumpridas, em muito diminuirão os sofrimentos das mulheres do Paraná, no que diz respeito à sua saúde e de seus filhos, nasce este projeto do Programa de Humanização da Atenção Materno-infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná.

No Brasil, as coberturas de pré-natal ainda são baixas e as gestantes, em sua maioria, peregrinam em trabalho de parto pelas maternidades sem garantia de atendimento. Disso resulta, em última instância, um grande número de mortes infantis e maternas com a manutenção dos respectivos coeficientes em níveis inaceitáveis para as condições sócio-políticas e econômicas de um país como o Brasil.

No Paraná, não obstante a significativa evolução do Sistema Único de Saúde nos últimos anos, é necessário avançar no atendimento de qualidade à gestante, ao parto e à criança. Basta dizer que o coeficiente de mortalidade materna considerado tolerável pela OMS, para países em desenvolvimento, é de 20 mortes de mulheres para cada 100.000 nascidos vivos, enquanto no Paraná, a média deste coeficiente nos anos de 1999, 2000 e 2001, foi de, aproximadamente, 66 por 100.000. E o coeficiente de mortalidade infantil médio nestes mesmos três anos foi de 18,8 mortes de crianças menores de um ano para cada 1.000 nascidos vivos, enquanto nos países desenvolvidos este número é sempre menor do que 10:1.000.

Por outro lado, municípios que implantaram programas nos moldes do que é proposto neste projeto de lei, obtiveram resultados significativos de diminuição destes coeficientes. É o caso de Curitiba, onde em 1999, ano de implantação do programa, morreram 21 mulheres em decorrência de problemas na gestação e parto, número que em 2002, caiu para 06. Ainda na capital, a mortalidade infantil, que era de 14,7, óbitos para cada 1.000 nascidos vivos em 1999, foi, em 2002, de 11,8. Portanto, não obstante o grande esforço necessário e desenvolvido pelos órgãos de saúde, pelos trabalhadores do setor e pela

sociedade civil, o programa é de grande impacto. Sobre tudo porque não se trata de números e coeficientes, mas se trata de vidas, de estancar a perda e o sofrimento que desestruturam tantas famílias e de não negar a existência aos paranaenses que, amanhã estarão dando continuidade à construção deste Estado.

É hora de avançar e o momento para o avanço é propício:

- O Sistema Único de Saúde está institucionalmente consolidado. Conta com instâncias de negociação permanente, representativas do conjunto das forças sociais, em pleno funcionamento. E mesmo a crônica dificuldade de financiamento do setor dá sinais de arrefecimento face à aprovação da Emenda Constitucional nº 29.

- O Governo Federal sinaliza com firmeza para o incremento das políticas sociais, entre elas a de saúde. E sustenta, através da Portaria nº 569/GM de junho de 2000, todo um elenco de incentivos para a implantação deste programa.

- O atual Governo do Estado, desde a campanha eleitoral, tem reiterado a intenção de promover a organização regionalizada dos serviços de saúde melhorando sua qualidade.

- Diversos municípios do Estado, entre eles a Capital, já referida, acumularam sólidas experiências de melhoria da qualidade do atendimento à gestante e à criança, com importantes resultados de redução da mortalidade infantil e materna.

- A sociedade civil organizada engaja-se de forma crescente no exercício da responsabilidade social. Haja vista a marcante cooperação das entidades científicas e de classe, bem como de lideranças comunitárias e da população, na iniciativa de proteção à criança conhecida, em Curitiba, como Pacto pela Vida, que propiciou o apoio voluntário às gestantes e crianças de risco.

- Este projeto não trata, portanto, de programa no qual um segmento de governo reclama e aponta as responsabilidades de outro ou a população simplesmente reivindica direitos. Trata-se, isso sim, de uma agenda de articulação para execução de um programa de garantia de direitos e de inestimável ganho social, no qual os distintos segmentos governamentais e da sociedade civil tem um papel a cumprir.

Transformar esta agenda em determinação legal é fundamental à sua construção, para além do voluntarismo da sociedade e da maior ou menor vontade dos poderes governamentais. É indispensável para o alinhamento da capacidade organizada das instâncias de governo e da sociedade, tantas vezes negligenciada e sempre substituída pela visão equivocada de que as realizações sociais demandam, sempre, recursos financeiros existentes na medida necessária.

Os recursos financeiros que este projeto demanda, em sua quase totalidade já existem. Existirão em ainda melhor escala quando o governo do Paraná cumprir, sem subterfúgios, a Emenda Constitucional nº 29 das verbas vinculadas para o Setor Saúde. E existem, inclusive, na forma de incentivos e de investimentos por parte do Ministério da Saúde.

O recurso verdadeiramente escasso para a transformação dessa agenda em realidade é a capacidade de organização das forças vivas da sociedade, que são também responsáveis por seu avanço e que necessitam ser articuladas pelas instâncias governamentais, incumbidas da garantia do direito constitucional à saúde. O provimento de tal recurso é o objeto de determinação deste projeto de lei.

Ganham com ela as mulheres e crianças do Paraná, responsável e humanamente aguardadas e protegidas desde antes de nascer. Ganha a sociedade paranaense como um todo, que cresce em seu padrão civilizatório, demonstrado pela capacidade de preservar vidas e de acrescentar qualidade às mesmas.

PROJETO DE LEI Nº 087/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Juranda - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Juranda-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 088/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Rio Verde - Ensino Fundamental, com sede e foro no Distrito de Rio Verde, município de Juranda - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Rio Verde - Ensino Fundamental, com sede e

foro no Distrito de Rio Verde, município de Juranda-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 089/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Helena Connor Braz - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no Distrito de Primavera, município de Juranda - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Helena Connor Braz - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Juranda-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 090/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Paulo Roberto Kalatzuk Hrehuchuk - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Juranda - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Paulo Roberto Halatzuk Hrehuchuk - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no

município de Juranda-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 091/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Paulo Leminski - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no Distrito de Rio Verde, município de Juranda - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Paulo Leminski - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no Distrito de Rio Verde, no município de Juranda-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 092/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a estadualizar a estrada intermunicipal que liga os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal, trajeto que passa pela localidade de Vista Alegre, numa extensão de 35 km.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A estadualização da estrada intermunicipal que liga os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal tem importância fundamental para o desenvolvimento

daquela região, que atualmente sofre enormes transtornos, primeiro por ser em leito natural e segundo pelas enormes dificuldades de conservação que as prefeituras têm, tendo em vista o alto fluxo de veículos que demandam nesse trecho. Ainda no aspecto estratégico, esse trecho dará continuidade à PR-364 (único acesso asfaltado a Altamira do Paraná) até a BR-466 (via Palmital), ligando dessa forma a região Centro Oeste do Paraná, principalmente os municípios dos Vales do Rio Cantu e Rio Piquiri à região de Guarapuava (Anel de Integração).

É portanto mister o apoio dos nobres pares para esta reivindicação, que uma vez concretizada, estará resgatando um velho compromisso com aquelas duas comunidades.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra à senhora deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiras e companheiros.

Fazemos uso da palavra primeiramente para nos solidarizar com a dor do nosso companheiro, deputado Nereu Moura, pelo passamento do senhor seu pai. Todos nos solidarizamos e queremos dizer a V. Exa. que a perda de um membro da família é sempre muito dolorosa, mas de um pai, de uma mãe é duplamente doloroso e eu manifesto aqui o meu abraço, não consegui falar com V. Exa. naquele momento, mas o abraço agora em nome de nossos colegas deputadas e deputados.

Nós estivemos em Londrina nesse feriado, nesse recesso e longe de descansarmos, trabalhamos muito, fizemos contatos com diversas lideranças, com organizações da sociedade civil na cidade de Londrina e percebemos na nossa cidade, na nossa região uma receptividade muito boa em relação à ação da Assembleia Legislativa na abertura das cinco CPI's. Há realmente um interesse da população do Estado do Paraná em saber, em ter respostas relativas a estas questões consideradas gravíssimas e que portanto há um sentimento e um desejo do povo do Paraná em obter as necessárias informações e o aguardo do resultado dessas CPI's é muito grande em relação aos relatórios finais.

Percebi também uma preocupação, companheiros e companheiras, de um modo geral, conversando com as pessoas, em relação ao conteúdo de cinco CPI's ao mesmo tempo serem muito graves as denúncias e se nós daríamos conta de estarmos respondendo a este trabalho. Evidentemente que esta também é nossa preocupação, mas estamos sentindo e foi isto que colocamos para as pessoas que nos argüiam, que há na Assembleia Legislativa uma disposição de todos os deputados e deputadas, uma boa vontade, uma vontade política de todos, sem exceção, com afinco, com determinação nessas CPI's para que possamos apresentar os resultados o mais rápido possível.

Hoje teremos as indicações dos Partidos e certamente a partir da semana que vem nós já poderemos detonar o processo das reuniões e dos efetivos trabalhos em relação a estes temas. Certamente vamos precisar, como já foi colocado aqui pelo líder do Governo, deputado Vanhoni, de um grupo, um corpo técnico que será certamente buscado, disponibilizado pela Assembleia ou pelo governo estadual para que nós possamos ter o necessário acompanhamento de assessores jurídicos, técnicos na área administrativa, economistas, peritos, para que possam nos auxiliar nessas CPI's. Acho que é uma tarefa importantíssima, uma grande tarefa, mas tenho certeza absoluta que a Assembleia Legislativa do Paraná haverá de, rapidamente, no prazo regimental, dar um resultado, apresentar um resultado à população de Londrina e a todo o Paraná.

Gostaria de colocar também uma preocupação já levantada pelo deputado Barbosa Neto, em relação à violência em Londrina. Fizemos algumas reuniões e é assustador o aumento do índice de violência, na cidade, como em todo o Estado do Paraná. Não sei se V. Exa, ficou sabendo da denúncia de formação de grupos de extermínio. Fiquei assustadíssima! Há sinais muito nítidos de que, em Londrina, existe de fato formação de grupos de extermínio, que estariam matando os nossos jovens, a maioria adolescentes. Todos os dias, a cada 24 horas, duas pessoas são assassinadas em Londrina. É assustador! É importante prestarmos atenção nisso, para concluir, porque isso está se avolumando muito no Estado do Paraná - essa questão da violência.

Vamos marcar uma reunião com grupos da sociedade civil de Londrina, com o governador Roberto Requião, para trazermos uma proposta, um plano municipal e estadual de segurança, realizado e elaborado por organizações da sociedade civil, no sentido de colaborar com o governo, mostrando a realidade local. Seria oportuno que os demais companheiros, de outras regiões também, trabalhassem nessa direção, para que a gente pudesse não só ficar discutindo diagnóstico. Chega de discutir diagnóstico! Nós já sabemos. Mas efetivamente buscar soluções através de políticas públicas e ações do governo, para minimizar a questão da segurança.

Obrigada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Luciano Ducci.

O SR. LUCIANO DUCCI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Inicialmente, gostaria de parabenizar todas as mulheres paranaenses, em especial, nossas deputadas pelo dia oito, o Dia Internacional da Mulher, um dia de luta, que reverencia as 129 mulheres que morreram por uma causa - carbonizadas - lutando por seus direitos trabalhistas, pela redução da jornada de trabalho e por melhorias salariais.

Durante os quatro últimos anos, como secretário da Saúde de Curitiba, tive a oportunidade de sempre, no dia oito de março, estar apresentando projetos para a sociedade curitibana, de uma forma muito especial. No dia oito de março de 1999, apresentamos o Projeto Mãe Curitibana, um projeto de referência, a nível nacional, hoje, que garante a toda mulher, na sua consulta de pré-natal ter a garantia de saber qual será a maternidade que ela ganhará o seu nenê; com a parte do planejamento familiar; com a vasectomia e da laqueadura - todos dentro de critérios técnicos garantidos.

No dia oito de março de 2000, apresentamos um projeto na cidade, que é referência, hoje, internacional, na redução da transmissão vertical do vírus HIV da mãe para a criança, atingindo, hoje, estatisticamente, uma redução grande e significativa, fazendo com que se diminua o número de crianças que nasçam com o vírus do HIV.

Em torno de 33% das mulheres grávidas HIV positivas transmitem o vírus para o seu filho. Com o projeto montado reduzimos esse índice abaixo de 5% da redução da transmissão vertical do vírus HIV.

No dia oito de março de 2001 apresentamos o Projeto Pacto pela Vida, pela redução da mortalidade infantil e mortalidade materna na cidade de Curitiba, obtendo junto com a participação da comunidade, dos comitês locais da defesa da Vida, uma redução da mortalidade infantil, em Curitiba, no ano passado, para 11.8 mortes para cada mil nascidos vivos e também a mortalidade materna, reduzindo de quase 70/100 mil para 22/100 mil, números próximos ao preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Em cima deste projeto hoje apresento um requerimento de voto de louvor, uma moção de louvor a todas as equipes das unidades de saúde de Curitiba.

Também no ano de 2002, no dia 08 de março, apresentamos dois projetos, um chamado Mulher de Verdade, programa que tem por objetivo organizar toda a assistência à mulher vitimizada pela violência. Também este projeto visa trabalhar a questão da prevenção, estabelecendo os locais para se fazer o aborto legal, os hospitais que fazer o aborto legal nestas condições. Também a ampliação do programa Viva a Mulher, ampliando a prevenção do câncer de mama, na cidade de Curitiba, fazendo, num só dia, mais de 35.000 exames.

Quando fui eleito deputado estadual sempre trabalhei, durante a campanha com o propósito de trazer para esta Casa propostas para serem implementadas que tragam benefícios para a saúde da população do Paraná. E não poderia deixar passar o dia 08 de março de 2003 em branco, estou apresentando hoje à Mesa um projeto de humanização do parto. Este projeto visa garantir a todas as mulheres paranaenses, já na sua primeira consulta uma maternidade para seu nenê, onde o serviço público deve dizer, já na primeira consulta, conforme a complexidade do parto dessa gestante, em qual maternidade deverá ganhar o seu nenê. Também garantindo os métodos de planejamento familiar irreversíveis e os métodos de pla-

nejamento familiar reversíveis, garantindo a visita à maternidade por esta parturiente, garantindo acompanhante durante o parto, garantindo exame de HIV para todas as gestantes, garantindo tratamento para todas as gestantes, organizando então todo o atendimento materno-infantil em todo o Paraná.

Com isso, pretendemos reduzir a mortalidade infantil, a mortalidade materna e também reduzir a transmissão vertical do vírus HIV da mãe para o filho. Espero que este projeto tenha realmente uma boa tramitação e que seja aprovado nesta Casa.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade para registrar que no dia 13 de fevereiro, quando ainda não estávamos com o Plenário em funcionamento, encaminhei um requerimento à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando a real situação dos medicamentos de alta complexidade que estavam em falta, na época, como os medicamentos do transplante e tantos outros que fazem parte da listagem de medicamentos de alta complexidade, são 22 medicamentos. Infelizmente até a presente data nós não tivemos o retorno do requerimento encaminhado. Espero que tenha sido dada solução mas gostaria de estar recebendo este retorno.

Quero agradecer ao senhor presidente e aos senhores deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno expediente com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Faço uso da tribuna justamente para lembrar aqui, já mencionado, tanto pela deputada Elza Correia como pelo deputado Luciano, o dia internacional da mulher.

Oito de março, este dia marcado pela luta, pelo luto, pelas conquistas que as mulheres obtiveram, no decorrer da História. Lembro como um dia de luto, por causa das grandes companheiras que perderam suas vidas lutando e buscando uma sociedade melhor, buscando o espaço da mulher na sociedade, buscando acabar com a discriminação, com o preconceito, com os tabus que existem ainda com relação à mulher.

Foram tantas mulheres que perderam suas vidas nessa luta, foram tantas Margaridas Alves, Joanas Darc, foram tantas Dorcelina Folador. Essas e outras tantas mulheres não mediram esforços, não mediram o perigo e deram suas vidas em prol da conquista e da valorização da mulher na sociedade.

Hoje, no decorrer de quase dois séculos de lutas, é reconhecido que as conquistas obtidas até hoje são graças à organização da própria mulher, que não se envergonha, que não se acomoda diante das injustiças e que vai conquistando seu espaço a cada dia.

Embora com o passar do tempo, e embora já muitas conquistas obtidas, percebemos que a mulher tem

muito a conquistar, pois no mercado de trabalho ainda somos discriminadas, a maioria das mulheres mesmo trabalhando no mesmo setor que os homens ainda ganham bem menos, no alfabetismo, nós mulheres ganhamos. No número de analfabetos, somos a maioria. Na violência somos grande vítimas. Citamos, aqui, a violência física dentro da casa, a violência nas ruas e a própria violência que acabamos de mencionar, do analfabetismo e da diferença salarial.

Somos ainda vítimas de muitos tipos de violência. Então ainda precisamos lutar muito, precisamos nos organizar muito para que possamos obter mais conquistas.

Gostaria de citar um exemplo de discriminação na nossa sociedade: a dona de casa, que não mede esforços, levanta cedo, faz suas tarefas diárias, lava roupa, limpa a casa, cuida da alimentação da família e no entanto não tem essa profissão reconhecida. Pode passar 50, 60, 70, 80 anos e não terá o direito a uma previdência, não terá direito a uma aposentadoria. Nós precisamos fazer com que aconteça o reconhecimento também dessa profissão, valorizar esse trabalho que é feito, que é realizado pela dona de casa.

Precisamos nos organizar para vencer todas essas discriminações que acontecem com nós mulheres na sociedade.

Por isso que temos inúmeros motivos para comemorar o 08 de março, pelas grandes conquistas que obtivemos, mas também é um dia que nos deixa o desafio, a reflexão sobre tudo o que ainda precisamos fazer para obtermos as conquistas necessárias e acabarmos com a discriminação, acabarmos com o preconceito que ainda existe com relação às mulheres.

Queria, neste momento, parabenizar todas as mulheres, deputadas nesta Casa, que com certeza souberam muito bem ocupar o seu espaço, lutar nessa sociedade por este espaço e hoje representam com certeza todas as mulheres do nosso Estado.

Queria também, aproveitando o momento, parabenizar todas as mulheres funcionárias desta Casa, sabemos que são grandes batalhadoras, parabéns a todas as mulheres e esperamos que tão logo saia o plano de carreira, desejado por todos os funcionários da Casa. E que vai com certeza contemplar muitas mulheres, aqui, que trabalham, que batalham e que vêm a nós lutando pela aprovação desse plano de carreiras.

Gostaria de dizer também que entramos com alguns projetos nesta Casa de Leis e reapresentamos alguns projetos tendo em vista que no ano passado não foi possível ver esses projetos serem votados nesta Casa. E um dos projetos, é claro, com relação diretamente à questão da mulher, é a implantação de uma linha 0800 de um disque denúncia na Secretaria da Segurança, para que as mulheres vítimas de violência, possam efetuar, aí, a sua denúncia com tranquilidade, com segurança, tanto as mulheres, como crianças e adolescentes.

Esse disque denúncia 0800, prevê, tanto crianças, como adolescentes e mulheres que são vítimas de violência e possam fazer essa denuncia com tranquilidade e poder ser assegurado, inclusive o sigilo na questão do nome, da identificação das pessoas. É um projeto que esperamos ver votado nesta Casa, o mais breve possível e que seja implantado o mais breve possível.

Também um projeto que reapresentamos que é a questão que se chama Saúde e Cidadania aos 40 anos. Esse é um projeto que prevê um tratamento especializado a todas as pessoas: homens e mulheres após os 40 anos, doenças que surgem com mais frequência nas pessoas após os 40 anos. Quando apresentamos, no ano passado, este projeto, obtivemos inúmeros apoios dos deputados desta Casa, só não tivemos o tempo suficiente para ver votado o projeto.

Esperamos que neste ano ele possa ser votado, possa ser colocado em prática porque ele vai, com certeza, prevenir muitos tipos de doenças e também fazer o tratamento de vários tipos de doenças que surgem, então, após os 40 anos. E esperamos que ele venha numa linha de prevenção, mas, também, na linha do tratamento, se for necessário. Entraria todo esse tratamento especializado, nessas doenças como a questão da osteoporose, a questão do câncer de mama, na questão do câncer de útero, na questão da mulher. Também na questão de próstata, na questão do homem, a questão da depressão são doenças que surgem com mais frequência após os 40 anos e esse projeto prevê esse atendimento especializado. Então, as pessoas tanto na linha de prevenção como no tratamento em si, esperamos ver logo aprovado o projeto que, com certeza, vai atender todo o nosso povo do Paraná e tenho comigo, até porque foi muito discutido com a organização das mulheres, se aprovado aqui, vai ser uma grande conquista ou mais uma conquista da organização de mulheres.

De uma maneira muito especial cito a organização de mulheres da região Sudoeste, porque ele foi muito discutido com as mulheres trabalhadoras rurais e trouxemos aqui representando a toda essa organização.

Então, desejamos ver o projeto aprovado, desejamos poder ver implantado esse projeto.

Era isso, muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Peço, pela ordem, para registrar a presença na Sessão de hoje, do Sr. Gabriel de Moura, que é irmão do nosso 1º Secretário Nereu Alves de Moura, que veio do Mato Grosso para o passamento de seu pai - Cícero de Moura.

A ele e ao nosso colega deputado Nereu Moura, nossas condolências.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Não há ninguém que queira fazer uso do Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo deputado Neivo Beraldin, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente indicando os nomes dos deputados para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito:

CPI Banestado: Neivo Beraldin

CPI Paranacidade - José Maria Ferreira

CPI Pedágio: Vanderlei Iensen

CPI Jogos Mundiais da Natureza: Renato Gaúcho

CPI Copel/Sercomtel: Barbosa Neto.

À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo deputado Waldir Leite, na qualidade de líder do PPS, constante do expediente, indicando o nome do deputado para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, ora instalada. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Antonio Anibelli, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados que farão parte das Comissões Parlamentares de Inquéritos da Copel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Antonio Anibelli, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem a Comissão do Bloco Agropecuário, nos cargos de titulares e suplentes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela deputada Luciana Rafagnin, na qualidade de líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 06 (seis) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luciano Ducci, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartório, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos para ser votado e discutido, oito vetos apostos em projetos de lei.

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhores deputados.

A apreciação dos vetos de hoje, são três vetos. Esses três foram apensados pelo governador Jaime Lerner, que estão em tramitação no dia de hoje e dos demais vetos, já pela administração do governo do senhor Roberto Requião.

No nosso entendimento, estou solicitando à Mesa Executiva e consultando o Plenário, gostaríamos que dois desses vetos fossem analisados em separado, e o restante dos vetos fossem analisados em bloco.

Quais são os dois em separado? O primeiro é um veto apostado pela administração anterior a um projeto do ex-deputado Cezar Silvestri, que diz respeito à diminuição do ICMS para a gasolina vendida para os aviões. Em consulta e entendimento com a administração financeira do Estado, não há nenhum prejuízo se o veto não for mantido. Isto é, para nós, Estado do Paraná, se os aviões comerciais puderem abastecer do ponto de vista da gasolina aqui no Estado do Paraná, é melhor. A mesma medida nós já tomamos do ponto de vista tributário na questão da legislação que diz respeito ao IPVA. O deputado Marcos Isfer que esteve a frente do Detran sabe disso. Então, é compensatório para o Estado do Paraná se os aviões puderem ter um benefício, do ponto de vista tributário, no abastecimento das suas aeronaves no Estado do Paraná. Então, o Plenário da Assembléia Legislativa pode fazer essa discussão, acho que em separado, porque do ponto de vista do mérito, não há nenhum óbice de que esse veto possa ser derrubado.

O outro veto diz respeito ao projeto do deputado Renato Gaúcho, que propõe uma lei que diz respeito à ampliação dessa questão dos animais e a Secretaria. Do ponto de vista da administração do Estado há diversas normas nesse sentido, mas como a legislação proposta pelo deputado Renato Gaúcho não é restritiva; é uma legislação que amplia. Nós entendemos que esse veto deve ser estudado separadamente e os deputados terão a possibilidade de fazer o encaminhamento do veto.

Então, em nome da liderança do Governo, estamos liberando a bancada para que tome a posição, se assim o desejar. O meu pensamento é que esses dois vetos devem ser derrubados, tanto do deputado Cezar Silvestri, quanto o apostado ao projeto do deputado Renato Gaúcho.

O outro veto, diz respeito à autorização ao governo a doar imóvel do município de Guaraqueçaba. Esse projeto é do deputado Luiz Accorsi. Acontece que esse imóvel é da Emater, foi construído com o dinheiro do BID, e ainda não foi pago para a construção desse imóvel. É impossível fazer essa doação.

Nesse sentido, neste momento, o deputado Luiz Accorsi poderá ter a oportunidade nesses próximos anos, porque é um deputado que se reelegeu, de reapresentar esse projeto e o Plenário da Assembléia decidir.

Nossa opinião é pela manutenção do veto.

O outro veto apostado é a respeito do projeto do Algaci Tulio, que diz respeito a um Dia Estadual de Conscientização e Prevenção contra a Dengue.

Temos dois médicos na Casa, os deputados Luciano Ducci e o Luiz Accorsi. A orientação que o governo dá é de que, todo dia pode ser o Dia Estadual de Combate à Dengue.

A Secretaria do Estado pode organizar um Dia Estadual de Combate à Dengue, dependendo da necessidade, de um surto que esteja acontecendo numa determinada região do Estado que possa ter a condição de se propagar.

A possibilidade de instituir esse dia, acho que é melhor que fique a critério - em função das necessidades do ponto de vista da vigilância - da Secretaria da Saúde.

Nesse sentido estamos orientando a bancada do Governo, que mantenha esse veto.

“Projeto de lei que estima receita fixa a despesa para o exercício de 2003”. É um projeto que diz respeito a uma verba para a Polícia Civil, sobretudo à área da criminalística.

O veto está apostado porque nas Diretrizes Orçamentárias do ano passado, já está contemplado na planilha, no quadro da Polícia Civil, as verbas para o Instituto de Criminalística. Não há necessidade desse destaque na Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque já está contemplado na peça orçamentária como um todo.

Nossa opinião é pela manutenção do veto.

A discussão do projeto do deputado Fernando Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de emissão da 1ª via da cédula de identidade, os alunos da Rede Pública de Ensino Estadual e Municipal.

Fere o artigo 133, da Constituição Estadual; tem uma repercussão do ponto de vista da diminuição da Receita Orçamentária, e fere o artigo 135, parágrafo 1º, da nossa Constituição Estadual.

Nesse sentido, mantemos o veto.

Discussão a respeito da proposta do deputado Divanir Braz Palma, que institui o Sistema Paranaense de Identificação de Origem Bovina e Bubalina, na pecuária do Estado do Paraná.

Existem inúmeros artigos, tanto da legislação federal, que estão vigindo na área de agricultura e do abastecimento do nosso Estado e, também da própria legislação estadual.

Nós, a Bancada, o governo achamos melhor manter o veto.

Discussão única do projeto de lei do deputado Luiz Accorsi, que “estabelece requisitos para a criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos dos cursos e graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema de Educação”.

A Comissão de Educação no ano passado, ainda no final do período, fez diversas reuniões, tanto com os

representantes do Conselho de Medicina do Estado do Paraná, quanto também representantes da área educacional.

O deputado Luiz Accorsi participou de duas audiências públicas a respeito desse projeto.

A razão pela qual mantemos o veto a esse projeto, do deputado Luiz Accorsi, não é outra, a não ser que a única lei que rege, que determina a criação de cursos superiores no nosso país, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Não há como estabelecermos critérios, porque qualquer universidade ou qualquer instituto que venha a ser criado, com essa legislação estadual poderá sofrer uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal inviabilizando, talvez, por algum tempo a permissão de diploma, de reconhecimento de cursos, etc.

Nossa opinião é de que o veto seja mantido.

A discussão única do projeto de lei do deputado Renato Gaúcho, como já disse ao Plenário da Assembleia Legislativa, e, sobretudo, a bancada que dá sustentação ao Governo está liberada para fazer um bom debate a respeito. A minha opinião pessoal é que este projeto e o do deputado Cezar Silvestri possam ser aprovados pelo Plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Discutimos o veto e quero participar o Plenário que há um requerimento nº 222 de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando que o prazo para indicação dos membros dos Partidos para fazerem parte das CPI's seja postergado para o dia de amanhã.

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para justificar**)

Tivemos algumas conversas com alguns líderes e achamos que mais um dia para que possamos conversar com todos os líderes e proceder uma formatação das CPI's seria recomendável. O presidente está convocando uma reunião amanhã, na presidência, quando devemos nessa discussão preencher todos os nomes das cinco CPI's. E na quarta-feira, instalar e começar os trabalhos de investigações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Diante da aprovação do requerimento, fica adiado até amanhã às 11h, quando convoco os líderes dos partidos para uma reunião na presidência da Assembleia.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando destaque para votação dos itens 02 e 08 da pauta, para votação em separado. **Aprovado.**

De conformidade como requerimento acima aprovado, solicito ao 1º secretário, Hermes Fonseca, que proceda à chamada nominal para a votação do veto apostado ao Projeto de Lei nº 432/2002.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/2003, veto aposto ao Projeto de Lei nº 432/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que acrescenta inciso ao artigo 14 da Lei nº 11.580 de 14/11/96, que dispõe sobre o ICMS. (gasolina de avião). COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERADO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 606/2002.

Curitiba, 20 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 522/2002, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 432/2002, por julgá-lo inconstitucional porque fere frontalmente o preceito contido no artigo 155, inciso XII, alínea “g”, da Magna Carta da Nação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 432/2002, encontra-se publicado no DA nº 149/2002, de 03/12/2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 001/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 432/2002, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, que acrescenta inciso ao artigo 14 da Lei nº 11.580 de 11 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS (gasolina de avião).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Fonseca**)

Procede à Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votaram 44 senhores deputados.

Designo os senhores deputados Carlos Simões, Tadeu Veneri, e a deputada Elza Correia para serem os escrutinadores.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Fonseca**)

Senhor presidente, na apuração trinta e quatro votos NÃO e dez votos SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Resultado: 34 pela derrubada do veto; dez pela manutenção do veto. **Está aprovado o projeto.**

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Hermes Fonseca, para fazer a Chamada dos senhores parlamentares, para votarmos o veto apostado ao Projeto nº 207/2001, autoria do deputado Renato Gaúcho, institui Código Estadual de Proteção aos Animais. Discussão Única da Proposição nº 007/2003.

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 007/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que institui Código Estadual de Proteção aos Animais. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERADO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 038/2003.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 042/2003, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 207/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o “Código Estadual de Proteção aos Animais” visando estabelecer normas de proteção dos animais no Estado do Paraná e compatibilizar o desenvolvimento sócio-econômico com a preservação ambiental.

O projeto de lei em referência, embora trate de assunto muito importante, não atingiria, caso sancionado, os objetivos colimados, isto porque deixa de conter e definir prismas fundamentais para que efetivamente pudesse proteger a fauna paranaense.

Ademais, argumentos extraídos de pronunciamento da Sema, adiante transcrito, ilustram com detalhes, outros aspectos e motivações do veto ora apostado:

“Cabe aqui comentar, que existem outras leis estaduais que deveriam ter sido observadas por ocasião da redação do presente projeto de lei, tais como a Lei nº 8946/89, que dispõe sobre a caça e pesca predatória; a Lei nº 10.247/93, que dá competência ao IAP para proceder à fiscalização pelo cumprimento de normas de proteção da fauna no Estado do Paraná; a Lei nº 11.067/96, que determina que ficam proibidas a utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna ameaçada de extinção, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que

impliquem nas atividades proibidas, conforme especifica; a Lei nº 10.066/92 com as alterações formuladas pela Lei nº 11.352/96, a qual entre outros objetivos estabelece que cabe ao IAP elaborar, executar e controlar planos e programas de proteção e manutenção da biodiversidade, preservando e restaurando os processos ecológicos essenciais, assegurando a reprodução da fauna silvestre.

Note-se que o projeto de lei, apesar de estar intitulado como um “código”, longe está de reunir todos os aspectos relevantes à proteção da fauna do nosso Estado, tanto silvestre como exótica, deixando claramente de observar preceitos estabelecidos nas leis estaduais acima citadas, bem como nas leis federais em vigor, que devido ao curto espaço de tempo não pudemos elencar.

Observamos ainda que consta no artigo 28 do projeto que as penalidades e multas às infrações definidas na lei, serão estabelecidas pelo Poder Executivo. Ora, penalidades e multas apenas podem ser estabelecidas por lei e não por ato do Poder Executivo”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 207/2001, encontra-se publicado no DA Nº 071/2001, DE 29/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 007/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Fonseca**)

(Procede à Chamada Nominal dos senhores parlamentares).

Senhor presidente, temos 44 (quarenta e quatro) votantes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos deputados Elio Rusch, Alexandre Curi e Ratinho Júnior, para a escrutinação dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Fonseca**)

39 votos, NÃO; 05 votos, SIM.

Trinta e nove pela rejeição do veto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Rejeitado o veto, aprovado o projeto.

Requerimento de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente solicitando a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia, itens 01; 03; 04; 05; 06 e 07. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 142/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 106/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraqueçaba. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERADO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 587/2002.

Curitiba, 04 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 470/2002, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 106/2002, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Guaraqueçaba, o imóvel que especifica, do patrimônio da Emater, situado em Tagaçaba, naquela municipalidade.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, decorre da impossibilidade de que tal doação seja efetivada, face compromissos financeiros assumidos pela Emater com a Bird, pelos quais foram obtidos recursos para a construção da base física existente no pretendido imóvel, que está em garantia da operação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 106/2002, encontra-se publicado no DA nº 134/2002, de 14/11/2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 142/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 106/2002, de autoria

do senhor deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraqueçaba.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 124/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que oficializa o dia 16 de março como "Dia Estadual de Conscientização e Preservação Contra a Dengue". COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERADO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 607/2002.

Curitiba, 20 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 480/2002, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 124/2002, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão de pronunciamento da Secretaria de Estado da Saúde, que considera mais adequada, sobre o assunto versado, a forma estabelecida pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 1.346/2002.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 124/2002 encontra-se publicado no DA nº 138/2002, de 11/11/2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 002/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 124/2002, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, que oficializa o dia 16 de março como Dia Estadual da Conscientização e Prevenção Contra a Dengue.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/2003, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 649/2002, Mensagem nº 40/2002, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2003. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 617/2002

Curitiba, 26 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 545/2002 dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 649/2002 que dispõe sobre a Lei de Meios para o exercício financeiro de 2003, tendo o veto incidido sobre o artigo 19 e seu parágrafo, considerados contrários ao interesse público por conterem autorização desnecessária, em face de a Unidade Orçamentária Polícia Científica constar, devidamente atendida de recursos, nos anexos que compõem a proposta.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 649/2002 encontra-se publicado no DA nº 168/2002, de 12.12.2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 003/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto parcial, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 649/2002, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2003.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 004/2003, veto aposto ao Projeto de Lei nº 073/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de emissão da 1ª via da cédula de Identidade, os alunos da Rede Pública de Ensino Estadual e Municipal. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 001/2003

Curitiba, 27 de janeiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 035/2003 dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 073/2002 por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a isentar do recolhimento da taxa de emissão da 1ª via da cédula de identidade, os alunos da rede pública de ensino estadual.

O projeto de lei em referência deixou de ser acolhido em razão da inconstitucionalidade a que está eivado, por afrontar o princípio contido no art. 155, II, da Magna Carta Federal, que veda tratamento desigual entre contribuintes em situação equivalente. Tal inconstitucionalidade agrava-se ainda mais pelo fato de a pretendida medida afrontar o art. 133, da Constituição Estadual, pois, caso adotada, viria implicar em alterações no produto da receita prevista pela vigente Lei Orçamentária. Vale frisar ainda que haveria ofensa ao princípio da iniciativa do processo legislativo, porque a competência exclusiva para propositura da Lei de Meios, indiscutivelmente estende-se a projetos de lei que visem alterá-la no seu conteúdo básico: estimativa da receita e fixação da despesa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 073/2002 encontra-se publicado no DA nº 160/2002, de 11.12.2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 004/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 073/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento de taxa de emissão da

1ª via da cédula de identidade, os alunos da rede pública de ensino estadual e municipal.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/2003, veto aposto ao Projeto de Lei nº 405/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que institui o Sistema Paranaense de Identificação de Origem Bovina e Bubalina. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 36/2003

Curitiba, 03 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 050/2003 dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 405/2002 por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o Sistema Paranaense de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina, com o propósito de caracterizar a origem, o estado sanitário, a produção e a produtividade dos alimentos provenientes dessa exploração.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, cujos termos, por mim ratificados, são adiante transcritos e utilizados como razões fundamentais do veto ora apostado.

As justificativas do Projeto de Lei nº 405/2002, são plausíveis e merecem nosso voto de louvor pela iniciativa e preocupação com o tema, entretanto, cumpre-nos salientar que a razão da existência de um sistema de rastreabilidade reside na necessidade de certificar a origem e os processos de produção de alimentos com vistas a sanidade animal e a segurança alimentar dos consumidores, não só do Paraná mas também de outros Estados e do mercado internacional.

Com relação a estes, a competência é do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Por outro lado, já existe em nível nacional o SISBOV, criado e gerido pelo MAPA, ao qual a Secretaria de Estado da Agricultura está plenamente integrada, sendo inclusive credenciada como entidade certificadora.

Nesse sentido, entendemos que a implantação de um sistema paralelo, além de não ser reconhecido fora do Estado, seria concorrente e desnecessário.”

Por outro lado, esclareço que, atendendo manifestações expendidas pela Secretaria de Estado da Agricultura, determinei a elaboração de mensagem a essa augusta Casa, propondo anteprojeto de lei que normatiza o assunto de forma adequadamente precisa e objetiva, deferindo competência à Pasta Estadual da Agricultura para atendimento de tal assunto, em plena harmonia com dispositivos de legislação federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 405/2002 encontra-se publicado no DA nº 076/2002, de 05.06.2002)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 005/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 405/2002, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, que institui o Sistema Paranaense de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 205/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação de reconhecimento dos recursos dos cursos e graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do sistema de educação. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 37/2003

Curitiba, 03 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 041/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o dis-

posto no parágrafo 1º, artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 205/2002, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os processos de criação, autorização de funcionamento e de abertura de novas vagas, acompanhamento, avaliação, reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, ficam subordinados às disposições que visa estabelecer.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua flagrante inconstitucionalidade porque fere o preceituado no artigo 22, inciso XXIV, da Magna Carta Federal, segundo o qual compete privativamente à União legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional”. Portanto, os Estados, Distrito Federal e os Municípios não poderão legislar sobre o assunto.

Com fulcro na apontada competência legislativa federal, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) regula a matéria. No artigo 9º, parágrafo 3º, desta mencionada lei federal, consta que a União poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal, as atribuições contidas no inciso IX, do mesmo artigo, para “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino”. Isto significa dizer que, inexistindo delegação, não pode o Estado do Paraná investigar-se nas atribuições que o projeto ora vetado pretende atribuir-lhe.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei 205/2002 encontra-se publicado no DA nº 160/2002, de 11.12.2002, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 006/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 205/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema de Educação.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Solicito ao senhor 1º secretário Nereu Moura a chamar os senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

41 deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito aos deputados Duílio Genari, André Vargas, Elio Rusch, que procedam à escrutinação dos votos.

Atenção para o resultado: 25 votos, SIM; 14 votos, NÃO; e 2 brancos.

41 votantes.

Portanto, são mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Sobre a mesa, requerimentos nºs 187 e 188, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 190 a 223, de autoria do deputado Luciano Ducci, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 191 e 192, de autoria do deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 193 a 195, 197 a 199, 202, 204 e 211, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 196, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 200 e 214, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 203, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, com apoio dos deputados Delegado Braddock, Jocelito Canto, Dobrandino da Silva, Hermas Brandão e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 212, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 213, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 215, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 216 e 217, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 220, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 221, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Por solicitação do deputado Artagão Júnior, registramos com alegria a presença do prefeito de São João do Ivaí, Sebastião Marcelino. Seja bem-vindo à nossa Sessão Plenária.

Antes de encerrarmos a Sessão, reitero aqui um comunicado do deputado Hermas Brandão para a reunião de amanhã às 11:00 na sala da Presidência com todas as lideranças, com relação às composições das CPI's.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014 e 015/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reunião das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo senhor deputado Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes deputados: Antonio Carlos Belinati, Fernando Ribas Carli, Renato Gaúcho, Cleiton Kielse e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 124/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio. Com parecer do deputado Cleiton Kielse - FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 405/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Com parecer do deputado Fernando Ribas Carli, FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Com parecer do deputado Antonio Carlos Belinati, FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 287/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 111/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia. Com parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 20/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Com parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 266/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 443/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli.

Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 416/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Osmar Prestes, secretário da Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Luciano Ducci, José Maria Ferreira, Nelson Justus, Neivo Beraldin, Duílio Genari, Chico Noroeste, Tadeu Veneri, Delegado Bradock e mais os deputados Ailton Araújo, Edson Praczyk e Elza Correia. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-veto nº 001/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 02) Proposição-veto nº 002/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 124/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 03) Proposição-veto nº 003/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 649/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 04) Proposição-veto nº 004/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 073/2002, de autoria do senhor deputado Fernando Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 05) Proposição-veto nº 005/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 405/2002, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 06) Proposição-veto nº 006/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 205/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 07) Proposição-veto nº 007/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 08) Proposição-veto nº 008/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 239/2001, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do

deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 09) Proposição-veto nº 009/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 111/2002 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 10) Proposição-veto nº 010/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 020/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 11) Proposição-veto nº 011/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 12) Proposição-veto nº 012/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 200/2002, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 13) Proposição-veto nº 013/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 688/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 14) Proposição-veto nº 014/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 640/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 15) Proposição-veto nº 015/2003, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 461/2001, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 16) Proposição-veto nº 142/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 106/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário. A partir deste momento, os senhores deputados passaram a discutir normas de funcionamento para a Comissão de Constituição e Justiça, enfatizando a questão dos projetos inconstitucionais, que deverão ser arquivados na própria Comissão; dos projetos autorizatórios, que deverão ser transformados em indicação legislativa; da triagem dos projetos de lei, que deverá ser feita pela diretoria legislativa; da distribuição semanal dos projetos de lei para parecer e da publicação dos respectivos relatores; da abertura de prazo para emendas; da pauta das reuniões com antecedência; da suplência dos senhores deputados nesta Comissão, que deverá ser do partido e não pessoal; das sugestões dos senhores deputados para um perfeito andamento nos trabalhos desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária